

Ensaio sobre a natureza transcendental na performance musical: conceituação e paralelos soteriológicos*

LEONARDO TUBIA BRASIL **, PABLO DA SILVA GUSMÃO ***

Resumo

Este ensaio tem como objetivo a clarificação do conceito de experiência transcendental na performance musical, como forma de compreender, para pesquisas posteriores, tanto como a mesma pode ser alcançada tal como qual seria – caso haja alguma – sua função soteriológica, i.e., de salvação humana, na vida do ser humano. Para tal, primeiramente visa-se clarificar as confusões linguísticas sobre o termo transcendental referente a música e, por meio de paralelos com as filosofias antigas dos helenos e suas compreensões a respeito da experiência, discernir como ela ocorre durante a performance – ou se ocorre, de fato – assim como entender as limitações da mesma nessa por meio dos limites do conhecimento humano referente ao transcendental. A metodologia, inicialmente, será totalmente teórica, buscando fontes bibliográficas para a fundamentação de qualquer hipótese que venha a surgir por meio dos paralelos interdisciplinares feitos. Baseado nisso, eu argumento de que se trata de algo imanente, e não transcendente, no qual o *performer* atinge um estado de conceituação implícita, consequente das automações dos estudos e próximo aos estados de grande tranquilidade e não dualidade – i.e., a barreira entre sujeito e objeto se torna mais tênue.

Palavras-chave: música, performance, soteriologia, filosofia, conceito

Essay on the transcendental nature in music performance: conceptualization and soteriological parallels

Abstract

This essay aims to clarify the concept of transcendental experience in musical performance, as a way to understand, for further research, how much it can be achieved and what would be – if any – its soteriological function, i.e., of human salvation, in life of the human being. To this end, it first seeks to clarify the linguistic confusion about the transcendental term referring to music and, through parallels with the ancient philosophies of the Hellenes and their understandings of experience, to discern how it occurs during the performance – or if it does, in fact – as well as understanding its limitations in this one through the limits of human knowledge regarding the transcendental. The methodology, initially, will be entirely theoretical, seeking bibliographical sources to substantiate any hypothesis that may arise through the interdisciplinary parallels made. Based on this, I conclude that it is something immanent, not transcendent, in which the performer reaches a state of implicit conceptualization, resulting from the automation of studies and close to states of great tranquility and non-duality – i.e., the barrier between subject and object becomes more tenuous.

Keywords: music, performance, soteriology, philosophy, concept

* Artigo aprovado pelo pelo comitê científico do XV Simpósio Internacional de Cognição e Artes Musicais - SIMCAM 15, em maio de 2021, e apresentado no evento.

** Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
E-mail: leonardotubia17@gmail.com

*** Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
E-mail: pablogusmao@gmail.com

Introdução

Este ensaio refere-se às questões filosóficas análogas ao conceito de experiência transcendental durante a performance musical. Não haverá enviesamentos, portanto, sobre questões de estudo de musicalidade, expressividade ou técnica musical. Também, ao dizer questões filosóficas, não me refiro aos axiomas, como encontrados na geometria de Euclides; meu interesse não está em discutir se a nota x é realmente x , e não y , de acordo com o que é convencionalmente aceito como a interpretação correta dos sinais na partitura. Mas sim, aos problemas enfrentados pelas filosofias desde os tempos remotos, assim como as novas filosofias, por exemplo, a da educação, que tem como seu maior objetivo o estudo e clarificação dos conceitos que, por confusões muitas vezes linguísticas, nublam nosso entendimento de determinado objeto de estudo:

A filosofia veio cada vez mais a ser pensada como a análise e clarificação de conceitos usados em outras áreas... É um modo geral de investigação, sobre os conceitos e teorias pressupostos em outras disciplinas... Seu objetivo é trazer clareza aos conceitos, testar a coerência das teorias, e servir ao propósito terapêutico de dissolver os problemas que persistem unicamente por confusões linguísticas. (Moore, 2010, p. 3, tradução nossa)

O presente ensaio tem como conceito a ser esclarecido o de transcendentalismo dentro da performance musical — e somente tendo a *performance* como pré-requisito para análise, e não o de contemplação estética *per se* — como forma de estabelecer um entendimento teórico sem as armadilhas da linguagem, assim precedendo à prática:

Toda prática é carregada de teoria e teoria educacional é logicamente anterior à prática educacional. A menos que o que é feito seja feito de acordo com alguma teoria, tendo em mente algum fim desejável e os meios para atingi-lo, não se trata de prática em absoluto, mas apenas de um comportamento randômico. (Moore, 2010, p. 6, tradução nossa)

Em suma — pressupondo a dedução de que a maneira da qual entendemos determinados conceitos tem influência direta em como nosso cérebro conhece o mundo, isto é, em nossas cognições, implícita ou explicitamente — o que se procura aqui, como um pontapé inicial, é uma clarificação deste tema, precedendo possíveis futuras pesquisas, de como tal experiência pode ser melhor atingida — tendo em mente que para que isso seja atingido, devemos ter um entendimento sem confusões conceituais sobre do que se trata a mesma, consequentemente afetando nossa prática de estudo.

Discussão

Como posto por Nietzsche em ‘O Crepúsculo dos Ídolos’, a vida sempre foi vista como algo ruim pelos sábios (2006, p.162, tradução nossa), e com Platão, de certa forma, também não fora diferente; porque assim como as várias religiões e filosofias pelo mundo, ele também tinha um ideal soteriológico com o intuito de transcender o efêmero e o fútil do mundo natural: a sua Teoria das Formas (Banach, 2006). No que diz respeito a Platão – e o Platonismo no geral, tendo em mente toda a repercussão que suas ideias tiveram na filosofia ocidental, tal como posto por Alfred North Whitehead (p. 39, tradução nossa):

“A caracterização geral mais segura da tradição filosófica ocidental, é a de que consiste de uma série de notas de rodapé para Platão” — o que nos convém pode ser encontrado neste ramo metafísico de sua filosofia. No “Mito da Caverna”, em *A República*, temos uma das primeiras manifestações ocidentais do pensamento de que os fenômenos de nossas experiências ordinárias são ilusórios, ou cópias de uma realidade absoluta (Annas, 1981). Isso é ilustrado metaforicamente pelos escravos na caverna que, por conta das sombras refletidas na parede com ajuda de chamas e objetos dissimuladores, criam figuras por meio das sombras, das quais os escravos tomam por realidade, por não terem uma referência além disso. Para Platão, grande parte das pessoas está neste estado análogo aos escravos da caverna, tomando por essência os fenômenos que experienciam como a sua última realidade. Platão acreditava, entretanto, que o mundo que experienciamos por meio de nossos sentidos não se tratava da verdadeira essência das coisas, e sim, como as sombras na caverna, uma espécie de ilusão, ou cópias imperfeitas de uma realidade maior. De fato, a Teoria das Formas tinha como intuito de resolver duas problemáticas: 1 — Como humanos poderiam viver vidas satisfatórias em um mundo que se revela fútil e efêmero, onde por conta da impermanência de todos os fenômenos, qualquer coisa das quais tentássemos nos apegar, indubitavelmente haveria de ser tirado de nós; e 2 — como que o mundo poderia parecer tanto impermanente, como na maneira causal percebida pelos nossos cinco sentidos, e permanente quando percebido pelo nosso intelecto, tal como os conceitos matemáticos. Qual dos dois era mais real? (Banach, 2006).

A essência das coisas, para Platão, era substancial, eterna, independente de outrem para sua existência — isto é, uma antítese do mundo natural que erroneamente tomamos por realidade, estudada pelos antigos como o que conhecemos hoje por ciências naturais. Ele chamou essa verdadeira essência de “Formas”. A essência da coragem, do belo, da justiça, para Platão, o trabalho da filosofia residia, através da mesma e seus inúmeros artifícios, como a retórica e a dialética, questionar tais conceitos para chegar não nas formas em si mesmas — pois essas eram inacessíveis pela limitação dos sentidos — mas o mais próximo possível por meio do intelecto, como forma de emulá-las no mundo natural. Platão discorre bastante sobre como poderíamos fazer isso. O que, entretanto, me interessa em nele está em seu entendimento da realidade dos fenômenos e sua ideia de transcendê-la. Se tivéssemos que categorizar o conhecimento filosófico, tal como fez Aristóteles, poderíamos dividir entre três campos de estudo: matemático, ciências naturais e teológico (Barnes, 2000). Nessa categorização Aristotélica, as formas entrariam no campo teológico, antitético aos das ciências naturais, percebidas pelos nossos sentidos, limitadas pelos mesmos e que, na visão de Platão, são fúteis e efêmeras. Por conta disso, não podem ser a fundação última do inquérito filosófico. Na visão dos vários filósofos antigos, deve haver uma realidade além dessa, antitética a essa, que possa vir a ser a raiz de todo o conhecimento, ou a causa *a priori*. No caso de Platão, são as Formas — tal como nas crenças Judaico-Cristãs seria Deus; isto é, uma substância perpendicular ao mundo natural, precedente de toda causalidade ulterior. Entretanto, no caso das formas, elas não residem em um universo à parte ou realidade alternativa — elas não fazem

parte da causalidade do mundo natural, isto é, elas são substanciais, eternas, imutáveis. Não são entidades que residem no espaço-tempo, não são, portanto, conceptualizáveis. Quando a filosofia moderna começou a tomar forma, muito se veio a criticar sobre o Platonismo justamente pelas questões epistemológicas que começariam a surgir sobre os limites do conhecimento humano, como em Kant (Egan, 2012). Uma das questões que trago à tona como forma de fazer um paralelo com a experiência transcendental em música, nesse caso em performance, refere-se justamente a isso: Se pegarmos o ideal Platônico como forma de transcender, vemos que no caso da performance já criamos um limite do conhecimento do qual a mesma não pode ultrapassar, i.e., o da conceituação. Ter o conceito de algo significa dizer que isso é diferente disso (Burton, 1999); individualizamos objetos existentes dentro do espaço-tempo — o *principium individuationis*. A performance musical, entretanto, não pode ocorrer sem a conceituação. Durante todos os momentos em que tocamos, ou fazemos qualquer atividade criativa, ocorre um nível de conceituação maior ou menor, consciente ou inconscientemente. Seja no início do estudo, quando fazemos distinções claras entre melodia e acompanhamento, harmonia, notas etc.; tal como em estados mais avançados de automação motora, tendo em mente que ainda distinguimos começo, meio e fim; seções ou simplesmente que a música que estou tocando é diferente de outra música — conceituação sempre está lá, ocorrendo. Se, de fato, por meio da dialética, ou por qualquer outro tipo de sistema dogmático que postule uma causa a priori que transcenda o mundo natural, como causa deste primeiro, e que seja inconcebível, é possível chegar à conclusão de que o *performer*, enquanto limitado pela performance e, por isso, conceitos, estará incapacitado de atingir tal transcendentalismo. Porque é impossível ocorrer a performance de fato, se não houver um mínimo de conceituação. Aqui, portanto, chego ao primeiro delimitador tanto do conceito de transcendentalismo em música como dos limites que esta pesquisa almeja, ou pode chegar: conceitualização é necessária para a performance ocorrer, mesmo que minimamente. O problema, então, reside em uma confusão linguística de atribuir um termo que se refere a algo não concebível — transcendentalismo — a uma experiência não ordinária, i.e., o baixo nível de conceituação que um *performer* que domina técnica e musicalidade, tal qual um estado mental saudável, é capaz de atingir — também chamado de conceituação implícita:

conceituação é suscetível a ser explícita quando alguém está aprendendo, mas ainda não masterizou, alguma habilidade. Enquanto aprendendo uma sonata para piano, por exemplo, o pianista precisa explicitamente conceituar as direções musicais que permitem com que ele toque a música. Mas a medida com que ele se torna mais familiarizado com a música — ao praticar -ele pensa menos e menos nessa maneira conceitual explícita. Quando ele já aperfeiçoou seu tocar, eu suspeito que há pouca conceituação explícita... Isso não significa dizer que a experiência do pianista se tornou não conceitual (i.e., no sentido de “não estar discriminando nada”) pois certamente ele discrimina a música que está tocando. Mas o pianista é improvável no todo de estar consciente da conceituação que ocorre. Ele simplesmente toca, naturalmente e sem notar as várias notas que ele discrimina. (Burton, 1999, p. 77, tradução nossa)

Como justificativa para isso, eu posso supor duas hipóteses, interdependentes uma da outra: a primeira é simplesmente a do uso de uma linguagem figurativa - isto é, do transcendental – como forma de definir uma experiência psicológica que não é tão comum para a maioria das pessoas; da mesma forma, temos a segunda hipótese de que, por meio da confusão existente entre a contemplação estética e performance musicais, temos a impressão que o intérprete é capaz de entrar em um estado de conceituação muito menor do que a do ouvinte, quando na verdade é ao contrário; tendo em mente que, na contemplação estética, o ouvinte não está limitado pelas conceituações necessária para qualquer atividade criativa vir a ocorrer. Se o ouvinte é capaz ou não de entrar em um estado onde a barreira entre sujeito e objeto deixam de existir, tal como é afirmado ocorrer em estados de meditação profunda em culturas do oriente (Hopkins, 1983), isso é um assunto complexo que, por conta do espaço, torna-se inviável discutir aqui; mas também não precisamos ir tão longe. Porque independente de o ser humano ser capaz ou não de atingir tal estado, afirmar que seria possível ocorrer na performance seria um *contradictio in terminis*; tendo em mente que para a performance ocorrer, ela não pode ser por meios inconcebíveis — isto é, sem fazer uso da individuação.

É possível substanciar este argumento ainda mais. Porém, antes disso, ainda surge uma dúvida: se a experiência em performance não é e não pode ser transcendental, o que então ocorre de fato? Por que claramente algum tipo de experiência psicológica deve acontecer para ser confundida com transcendentalismo. Aqui, eu acredito, nós vemos um ponto interessante para a formação não só da definição de uma experiência, como da de qualquer sistema filosófico e religioso — isto é, a dicotomia entre transcendente e imanente.

Aristóteles, tendo sido o primeiro a postular um tratado em lógica que haveria de perdurar até os dias de hoje, percebeu, por meio de suas teorias do conhecimento e sua capacidade de dedução, o papel que dois principais conceitos haveriam de exercer na maneira como experienciamos e entendemos o mundo — nomeados, os princípios da causalidade e contradição. Causalidade, no sentido de que tudo vem a ser em relação a outra coisa e dependente de outra coisa, não tendo qualquer tipo de identidade ou substanciação em si mesma; e o de contradição no sentido de que, se algo é assim, é porque não poderia ser outra coisa, a não ser que suas causas fossem diferentes. Um dos problemas que surge por meio destes princípios é o da regressão infinita, pois se tentarmos entender todos os fenômenos por meio disso, e não postularmos uma causa a priori, regressaremos infinitamente tentando encontrar a *raison d'être* das coisas. Aristóteles, como forma de resolver esse problema, e em partes por sua insatisfação neste campo com relação à teologia de Platão, voltou-se ao campo dos axiomas. Aristóteles tinha uma admiração por Euclides e a maneira como todo o conhecimento por meio de um sistema científico haveria de ser construído postulado com base nos axiomas geométricos do mesmo. Paralelamente, ele percebeu como todo o conhecimento de um sistema haveria de ser construído causalmente, e da necessidade de tais axiomas para o adquirir de novos conhecimentos no campo teológico da filosofia — isto é, para ele, a fundação última de todo o

conhecimento filosófico residia na compreensão destes axiomas, as pedras de esquina do sistema subsequente (Barnes, 2000).

Não será necessário me aprofundar mais nos axiomas de Aristóteles pois, no que diz respeito com a experiência em performance, havemos de encontrar os mesmos problemas que com Platão. O que me interessa, entretanto, é demonstrar por meio dele, não só uma tendência entre os sistemas filosóficos e religiosos, mas também como uma tendência humana, na necessidade de postulações axiomáticas — que no caso da filosofia e religião são sinônimos de dogmas — como forma de ter pelo menos alguma coisa anti-tética ao mundo natural para se apegarem; isto é, algo substancial, eterno, independente e com o fim em si mesmo, incapaz de ser lhes tirado.

Dentro da antiguidade clássica, referente aos pós-socráticos, não há um sistema que, em maior ou menor escala, não use de sistemas metafísicos, seja na postulação de dogmas positivos, como os estoicos, epicureanos, plantonistas etc.; tal como negativos, tal qual os céticos acadêmicos:

Aqueles que são chamados Dogmatistas, no sentido adequado da palavra, acham que descobriram a verdade – por exemplo, as escolas de Aristóteles e Epicuro e os Estoicos, e alguns outros. As escolas de Clitômaco e Carnéades, e outros acadêmicos, assertam que as coisas não podem ser apreendidas... (Kuzminski como citado em Popkin, 2006, p. 5, tradução nossa)

44

Nesse caso, podemos inferir que haveremos de entrar no mesmo impasse encontrado entre a antinomia entre experiência na performance e transcendentalismo; mas e quanto a imanência? De fato, nem todos os sistemas metafísicos pós-socráticos estiveram satisfeitos com Platão, e alguns deles, como as escolas de Epícuro e Zenão, tinham ideais muito mais próximos da imanência do que da transcendência (Kuzminski, 2006). Ainda sim, como já falado, tais escolas tiveram seus ideais fundados em algum tipo de dogma; e, mesmo que as mesmas tenham algo a contribuir para este estudo, se tornaria inviável discutir uma por uma neste ensaio.

Existe, entretanto, um pensador da antiguidade grega que vale a pena citar referente a imanência, e este é Pirro de Elida. Pirro foi o pai do Pirronismo, a primeira escola cética helenística. Diferente dos céticos acadêmicos, entretanto, que acabaram por postular um dogma negativo de que conhecimento não pode ser adquirido, Pirro suspendia seu julgamento referente a qualquer verdade metafísica ou desaprovação de tal:

Pirrônicos não oferecem visão, teoria ou conhecimento sobre o mundo, mas recomendam uma prática, uma maneira distinta de viver, projetada para suspender crenças e apaziguar sofrimento. Já que crenças são apegos ao que é não evidente... e assim são distorcidos, incertos e sujeitos ao confronto e contradição, eles geram ansiedade e medo, compondo sofrimento. Ao suspender julgamento nas crenças, Pirrônicos procuram se liberar dos apegos em coisas não evidentes; alcançando isso... uma certa tranquilidade (ataraxia) segue. Apenas aparências são evidentes ... sendo estas sensações e pensamentos dos quais não podemos deixar de ter, pois são involuntários, e é por eles, ao invés de nossas crenças, que deveríamos viver. (Kuzminski, 2006, prefácio. ix, tradução nossa)

Ataraxia, no caso do Pirronismo, é um ideal imanente, isto é, perpendicular à transcendência. Pirronismo nasceu após as viagens de Pirro com Alexandre o grande à Índia. Lá é dito que teve contato com monges budistas, daí as similaridades entre ambos. Porque no Budismo também temos a tendência de suspender o julgamento, não se apegar a verdades metafísicas, ou qualquer tipo de apego etc., como forma de cessar o sofrimento/insatisfação — *Dukkha* — e atingir, também, um estado imanente; neste caso, o Nirvana. (Kuzminski, 2006).

Podemos concluir, portanto, que se trata de algo imanente, e não transcendente, no qual o *performer* atinge um estado de conceituação implícita (Burton, 1999, p. 78), conseqüente das automações dos estudos e próximo aos estados de grande tranquilidade e não dualidade — isto é, a barreira entre sujeito e objeto se torna mais tênue. Ainda há muito a ser esclarecido, e os resultados aqui expostos são apenas um pontapé inicial para futuras pesquisas. Acredito fielmente que clarificando tal experiência, a música, assim como as filosofias e religiões, possa ser usado como uma ferramenta soteriológica — tendo em mente que diferente das crenças e dogmas, a música já se mostrou universal, não tendo um único registro na história de um povo sem manifestações musicais (Levitin, 2010).

Referências

- Annas, J. (1981). *An Introduction to Plato's Republic*. N.Y.: Oxford University Press.
- Banach, D. (2006). *Plato's Theory of Forms*. Cambridge University Press; St. Anslem' College.
- Barnes, J. (2000). *Aristotle: A Very Short Introduction*. N.Y.: Oxford University Press
- Burton, David. (1999). *Emptiness Appraised: A Critical Study of Nagarjuna's Philosophy*. Delhi: Motilal.
- Carpenter, A. D. (2014) *Indian Buddhist Philosophy*. N.Y.: Routledge.
- Egan, J. (2012). *A Genealogy of Immanence: From Democritus to Epicurus and Nietzsche* [Doctoral dissertation, Staffordshire University].
- Hopkins, J. (1983). *Meditation on Emptiness*.
- Kuzminski, A. (2006). *Pyrrhonism: How the Ancient Greeks Reinvented Buddhism*. N.Y.: Lexington Books.
- Levitin, D. J. (2010). *A Música no seu Cérebro: A História de uma Obsessão Humana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Moore, T.W. (2010). *Philosophy of Education: An Introduction*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Neuhaus, Heinrich. (1973). *The Art of Piano Playing*. Washington, N.Y.: Praeger Publishers.
- Nietzsche, F. (1889). *The Anti-Christ, Ecce Homo, Twilight of idols and Other Writings*. (2006). U.K; Cambridge University Press.
- Whitehead, A. N. (1998). *Process and Reality: Corrected edition*. N.Y.: Free Press.